

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARIACICA - COMDCAC

Lei Municipal nº. 5.396/2015

ATA DA 145ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARIACICA – COMDCAC/2020

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às oito horas e trinta e dois 1 minutos, por vídeo chamada online utilizando o aplicativo Google Meet através de link enviado 2 a todos os conselheiros, realizou-se a 145ª sessão plenária ordinária do COMDCAC para tratar 3 sobre o seguinte: EXPEDIENTE: Leitura e aprovação da ata 144ª (centésima quadragésima 4 quarta) reunião ordinária realizada online no dia 23 de julho de 2020. ORDEM DO DIA: 01. 5 Comissão de Captação e Controle do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FMIA; 02. 6 Comissão de Registro, Inscrição, Acompanhamento e Avaliação; 03. Comissão de Garantia de 7 Direitos e Apoio aos Conselhos Tutelares; 04. Comissão de Normatização, Legislação e Política 8 de Atendimento à Criança e ao Adolescente em conjunto com Comissão de Ética; 05. Mesa 9 Diretora; 06. Informes. Conselheiros (as): Hudson Alves Braga e Maria José Monteiro 10 (Secretaria Municipal da Cultura - SEMCULT); Patrícia Costa da Silva Coelho (Secretaria 11 Municipal de Saúde - SEMUS); Thiago Dadalto Mello (Secretaria Municipal de Educação -12 SEME); Enzo Coppi Silva e Juarez Ferreira Pires (Secretaria Municipal de Finanças – SEMFI); 13 Osmar da Silva (Secretaria Municipal de Esporte - SEMESP); Cláudia S. Brandão Cardoso 14 (ADRA); Tiago Bagne (Casa dos Menores/Montanha da Esperança); Suzete Fernandes da 15 Silva Rodrigues e Marta Aparecida da Silva Pereira Noelves (Núcleo Social Roger Fernandes 16 Rodrigues); Andrea Gomes Ribeiro (Caridade A.S. São João Batista); André Patrick Marinho 17 Teles e Ariane Ribeiro Bergamim (Fundação Fé e Alegria); Jaciana de Jesus Rodrigues 18 (APAE). Conselho Tutelar: Marcos Paulo Fonseca (Conselho Tutelar I); Vanda Monteiro 19 (Conselho Tutelar III); Vanni de Jesus (Conselho Tutelar IV). Casa dos Conselhos: Marilene 20 Vieira Barcelos. Visitantes: Rafael Valencio (SEMAS); Gleydielle Calixto Carvalho (O. S. 21 Gabriel Delanne); Wullydênia Gomes Guizani (Associação Amor e Vida); Débora Curi (Projeto 22 Sol); César Barros Tononi (Associação REAME) e Marcela Boldi (O. S. Cristo Rei). Iniciando 23 os trabalhos, realizou-se a leitura da ata 144ª (centésima quadragésima quarta) reunião 24 ordinária realizada online no dia 23 de julho de 2020, aprovada por unanimidade. 01. Comissão 25 de Captação e Controle do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FMIA: A Comissão 26 relatou que no início do mês de agosto realizou audiência pública para tratar de especificações 27 relacionadas ao Edital de Captação de Recurso via Chancela, que foi publicado no final de 28 julho, estando presentes representantes desta Comissão de Trabalho; das Organizações da 29 Sociedade Civil interessadas em participar do processo e representantes da Comissão de 30 Seleção eleitos na plenária de julho, neste Conselho de Direitos. Quanto a este edital houve a 31 informação de que a CIA Vale demonstrou interesse em apoiar os projetos aprovados, para 32 tanto estes devem ser informados a Vale assim que forem recebendo as Cartas de 33



Lei Municipal nº. 5.396/2015

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

COMDCAC Chancelamento. Há recomendação da Comissão nesse sentido. Aprovado por Unanimidade. Esta Comissão de Trabalho apresentou novo edital para utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FMIA) dispondo sobre a seleção de projetos relativos à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Destaca-se nesse edital uma maior quantidade de premiações; serão 15 no total, divididos entre os eixos prioritários de proteção e defesa dos direitos da Criança e Adolescente. A conselheira de Direito Suzete, fez uso da fala para destacar que estamos vivendo um período sem precedentes em função da pandemia, destacou que as OSC's nunca enfrentaram um perigo tão eminente de descontinuidade de suas ações, nesse sentido considera que haveria maior justiça se o valor existente no fundo fosse dividido de forma igualitária entre todos os projetos, independente dos eixos a que ele pertence; a Comissão de Trabalho destacou que tal distribuição não é possível, lembrando que este Conselho de Direitos já deliberou sobre o uso do recurso do FMIA quando aprovou o Plano de Aplicação, reforçando que as premiações elencadas no referido edital estão de acordo com o Plano de Aplicação, garantindo legitimidade e legalidade ao processo; contudo comunga do relato da Conselheira no que se refere ao perigo eminente que as OSC's estão enfrentado em razão da pandemia, nesse sentido indica a possibilidade de publicação de um edital complementar no fim do ano, caso haja recurso disponível no Fundo e em conformidade com as diretrizes do Plano de Aplicação. Aprovado por Unanimidade. Quanto ao Edital, após sua leitura, e posto em votação, foi aprovado por 10 votos a favor e um contra. 02. Comissão de Registro, Inscrição, Acompanhamento e Avaliação: A Comissão informou que teve seus trabalhos prejudicados em razão da ausência de alguns Conselheiros e falha no equipamento utilizado para realização das reuniões de forma remota, contudo, aponta que recentemente o CONANDA recomendou a prorrogação dos registros das OSC's até 31 de dezembro de 2020 em função da pandemia, orienta resolução deste Conselho nesse sentido. Aprovado por Unanimidade. Houve dúvida sobre a necessidade de inscrição do CAPSi nesse Conselho bem como outras secretarias que desenvolva algum projeto direcionado a infância. A princípio Tiago informou não ver necessidade destas inscrições e César completou informando que outras secretarias sequer preenchem os requisitos para solicitação de inscrição neste Conselho de Direitos. A informação teve caráter consultivo por esse motivo não houve apresentação para votação em plenária. 03. Comissão de Garantia de Direitos e Apoio aos Conselhos Tutelares: Esta comissão de trabalho reuniu-se com representantes das regionais dando seguimento a tarefa de normatizar e atualizar os documentos do Conselho Tutelar na perspectiva de melhorar e padronizar a operacionalização de suas ações. Nesse momento há discussões em torno do correto uso do instrumento chamado Termo de Responsabilidade, observou-se que este instrumento tem sido usado de forma distinta entre as regionais e Conselheiros Tutelares, diante de pontos divergentes face ao correto uso deste instrumento sugere-se um convite ao



70

71 72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

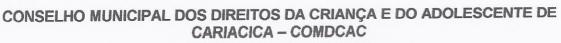
104

105

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARIACICA - COMDCAC

Lei Municipal nº. 5.396/2015

Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública, e ainda ao Ministério Público para realizar explanação quanto ao correto uso deste e outros instrumentos relacionados aos Conselhos Tutelares. O Conselheiro Tutelar Marcos Paulo Fonseca completou informando que tem conhecimento de um palestrante de ordem nacional, membro da Associação Estadual de Conselheiros, apontando-o também como uma opção. Ficou claro, que há a necessidade de ajuda especializada na construção da resolução que possa padronizar os instrumentos utilizados pelo Conselho Tutelar. O convite a um especialista foi posto em votação e aprovado por Unanimidade. Rafael Dias informou que está colaborando com a Comissão nesse sentido e que vislumbra uma boa oportunidade para este Conselho de Direitos fortalecer a rede que atua no município, conectando-se a este trabalho. 04. Comissão de Normatização, Legislação e Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente e Comissão de Ética: As Comissões continuam atuando conjuntamente na atualização da Lei 5.396/15; nesse sentido houve avanço nas questões relacionadas a faltas disciplinares, mantendo as sanções e tirando a responsabilidade do COMDCAC. A proposta é deixar sob responsabilidade deste Conselho apenas sindicância por falta ética, quando a falta for administrativa propõe que vá direto para COPAD; nesse caso, faz-se oitiva, relatório e encaminha a COPAD para finalizar o processo. Conduto verificou-se a necessidade de convidar a subsecretária da SEMAS e o Assessor jurídico da PROGER, para que possam contribuir com conhecimentos técnicos na área jurídica. Aprovado por Unanimidade. Houve a informação de que existe alguns pedidos do Ministério Público solicitando resposta de processos que se encontram parados em função da dificuldade de reunir-se presencialmente para analisá-los, por esse motivo a Comissão de Ética tem se reunido conjuntamente com a Comissão de Normatização, Legislação e Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente, trazendo celeridade a esse processo. As Comissões sugerem que é importante continuarem atuando em conjunto e que se mantenham as respostas ao Ministério Público quanto a impossibilidade de analisá-los nesse momento. Sendo aprovado por Unanimidade. O Conselheiro Tutelar Marcos Paulo Fonseca aponta que até a PMC suspendeu os PADS, recomenda que este Conselho considere o número de processos dos pares e o Decreto Municipal que ampara esse procedimento, colocando-se a disposição para verificação do referido decreto. Aprovado por Unanimidade. 05. Mesa Diretora: Tiago informou que o Planejamento das ações do COMDCAC 2020 ficou prejudicado em função da alta imprevisibilidade que a pandemia nos impôs, contudo, face a reorganização deste Conselho de Direitos, destaca que já seria possível retomar a agenda deste planejamento, acrescentando inclusive as Deliberações apontadas na XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acorrida em 2018. Sugere que o Planejamento das Ações sejam apresentadas pelas Comissões de Trabalho e que as Deliberações da referida Conferência possa ser dividida pela Mesa Diretora entre as Comissões que tenham afinidade com as matérias propostas.



Lei Municipal nº. 5.396/2015

COMDCAC

Aprovado por Unanimidade. A Mesa Diretora cientificou a plenária quanto a falta de 106 profissionais especialistas no CAPSi, Ariane trouxe a questão de uma mãe com problemas de 107 atendimento. Houve um movimento inclusive com Secretário de Saúde, mas não obteve 108 resposta. Tiago sugere convocar por ofício representante da saúde para prestar 109 esclarecimentos. Aprovado por Unanimidade. 06. Informes: Representantes deste Conselho de 110 Direitos e Representantes dos Conselhos Tutelares estiveram em reunião com a Secretária da 111 SEMAS para tratar da seguinte pauta: 1) Retorno Presencial nas sedes dos Conselhos 112 Tutelares de Cariacica e 2) Conselheiros Tutelares afastados pelas Regionais I e II. Quanto ao 113 retorno presencial respeitando o Decreto 133 de 03 de agosto de 2020, irá ocorrer a partir do 114 início de setembro acompanhando inicialmente os horários dos equipamentos de referência a 115 Assistência Social no Município tal seja, 08h as 13h. Até o fim de agosto manter-se-á o plantão 116 prontidão por 24h. Quanto aos Conselheiros Tutelares ficou deliberado a convocação imediata 117 dos suplentes que devem iniciar no plantão prontidão já em agosto, compondo em seguida o 118 atendimento presencial com os demais Conselheiros Tutelares. Nada mais havendo a tratar, o 119 Presidente Tiago agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião por vídeo chamada às 120 doze horas e quinze minutos. E eu, André Patrick Marinho Teles, lavrei a presente ata, que 121 depois de aprovada será assinada pelo presidente em exercício. Em anexo, lista de presença 122 dos participantes. 123

Tiago Bagne

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cariacica - COMDCAC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARIACICA – COMDCAC

Lei Municipal nº. 5.396 de 02 de Julho de 2015

LISTA DE PRESENÇA COMDCAC - GESTÃO 2020-2023

145ª REUNIÃO ORDINÁRIA - REALIZADA ONLINE DIA 27 DE AGOSTO 2020 ÀS 08H20MIN

ENTIDADES / SECRETARIAS	CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURAS
SEMAS	T: Carla Mariane Lima Endlich	
	S: Welton Nogueira	
SEMCULT	T: Hudson Alves Braga	
	S: Maria José Monteiro	
SEMUS	T: Magda Borini Pimentel	
	S: Patrícia Costa da Silva Coelho	
SEME	T: Thiago Dadalto Mello	1/
Amean	T: Lilian Sousa Lopes	
SEMFI	T: Enzo Coppi Silva	1.0
	S: Juarez Ferreira Pires	
SEMESP	T: Osmar da Silva	
	S: Ronaldy Siqueira Bastos	
Agência Adventista de	T: Claudia S. Brandão Cardoso	/
Desenvolvimento e		
Recursos Assistenciais	S: Orlamar Evandro da Silva	·
– ADRA		
Casa dos	T: Tiago Bagne	
Menores/Montanha da	S: Fernanda Rasseli de Merlo	
Esperança	3,177	
Núcleo Social Roger	T: Suzete Fernandes da Silva Rodrigues	V
Fernandes Rodrigues	S: Marta Aparecida da Silva Pereira Noelves	
Caridade de Ação Social Solidária São João Batista	T: Andrea Gomes Ribeiro	V
	S: Maria Ângela Benezolli	
Fundação Fé e Alegria do Brasil	T: André Patrick Marinho Teles	~
	S: Ariane Ribeiro Bergamin	
Frencionais - ADAE	T: Jaciana de Jesus Rodrigues	V
	S: Célia Mara Alvarinto dos Santos	
	CONSELHO TUTELAR	
	NOME LEGÍVEL	ASSINATURA
Conselho Tutelar	Marcos Paulo Fonseca	
Região I		
Conselho Tutelar	NOME LEGÍVEL	
- Twicki	NOWE LEGIVEL	ASSINATURA



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARIACICA - COMDCAC

Lei Municipal nº. 5.396 de 02 de Julho de 2015

Região II	Vanda W	ponteiro	
	N	OME LEGÍVEL	ASSINATURA
Conselho Tutelar			
Região III			
		IOME LEGÍVEL	ASSINATURA
Conselho Tutelar	Vanni de	News 1	
Região IV			
		CASA DOS CONSELHOS	
NOME LEGÍVEL		ASSINATURA	FUNÇÃO
		CONVIDADOS	
Leudielle Cali	exto Carvalle	a Gabriel Belanne	
Julydenia	Jomes Juiza	ni amor e Vider	
Débora Curi	*	ni amor e Vider Projeto sol Reame	
lesar Barros	Tononi	Reame	
solo Rola	1.	0 == 60.	